

Economista vê retrocesso social

ROSA LIMA E
RENATA GIRALDI

RIO E BRASÍLIA – A proposta do Executivo de delegar aos estados que dispuserem de recursos o pagamento de um adicional ao salário mínimo nacional recebeu ontem duras críticas do economista Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas (Unicamp). “Considero essa medida um retrocesso que só faz consolidar a desigualdade social existente no Brasil”, afirma o economista.

Segundo Pochmann, a volta à regionalização do salário mínimo pode significar, ainda, um estímulo adicional à migração de trabalhadores de áreas mais pobres para aquelas onde o salário é mais alto, agravando o problema do desemprego. “Uma migração em massa para o Sudeste, onde a taxa

de desemprego já é elevada, pode acabar resultando num achatamento do próprio salário, o que seria um contra-senso”.

Desigualdades – O professor da Unicamp lembra que o papel do Estado é atuar contra as tendências inerentes ao mercado de gerar desigualdades. Foi por isso, diz, que se criou o primeiro salário mínimo do mundo, em 1897, na Nova Zelândia. “Quanto menos regulado é o mercado de trabalho, mais desigualdades ele gera”, argumenta.

Incluído na Constituição de 1934, o salário mínimo só passou a existir, na prática, em 1940, durante o Estado Novo. Inicialmente, tinha 14 valores distintos e a diferença entre eles chegava a mais de 250%. A cidade do Rio de Janeiro pagava o mínimo mais alto, quase três vezes superior ao

pago por pequenos municípios do Nordeste. A partir de 1960, diz Pochmann, começou a haver uma concentração do piso, até que seu valor foi unificado nacionalmente, em 1984. A Constituição de 1988, no artigo 7º, manteve o mínimo nacional, fixado em lei.

Contramão – “Justamente quando os países desenvolvidos reconhecem os efeitos nocivos da globalização e tomam medidas para contê-la, o Brasil caminha na contramão”, diz Pochmann, lembrando que a Inglaterra unificou o salário mínimo no ano passado e os Estados Unidos acabam de aprovar um aumento do piso federal de US\$ 5,50 para US\$ 6,50 por hora. “Manter um salário mais baixo numa região mais pobre é condená-la a permanecer sempre pobre.”

Em Brasília, o chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação

Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Cortes Néri, defendeu a regionalização do mínimo, embora reconheça que o salário diferenciado pode provocar a migração de trabalhadores das regiões pobres do país. Participante do seminário *Previdência, Assistência Social e Combate à Pobreza*, promovido pelo Ministério da Previdência Social, Néri diz que a mão-de-obra barata poderá atrair empresas para os estados pobres.

O economista da FGV alertou, contudo, que estudos sobre o reflexo do mínimo no mercado de trabalho mostram que, quando há reajuste, o percentual de trabalhadores desempregados aumenta 6,2% e o de trabalhadores informais cresce 8,8%. “É importante que se perceba o impacto e os diversos efeitos do mínimo no país”, afirma.

Brasília – J. França



Covas quer desvincular salário mínimo da Previdência Social